

“MÍDIA GORDA” RESISTE AO PNDH-3 E DERRUBA ITENS DEMOCRATIZANTES

Jonas Valente
Jornalista



Um cidadão que desconhecesse o texto original do PNDH-3, nos tópicos relativos à comunicação e à cultura, e desejasse formar opinião a respeito do tema baseado nos veículos comerciais, depreenderia dos editoriais e reportagens destes as seguintes características do Programa: (1) é uma tentativa de acabar com a liberdade de imprensa; (2) cria um órgão para vigiar a mídia; (3) punirá aqueles que não se enquadrarem nas vontades do governo federal... O Programa, no entanto, limitava-se a cumprir o artigo 221 da Constituição. E mesmo assim o governo retirou parte substancial da proposta

No dia 16 de março, o ministro-chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Paulo Vannucchi, apresentou a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Após a reunião, uma legião de jornalistas cercou-o para indagar se o governo federal recuaria nos pontos mais atacados do documento. Vannucchi admitiu a possibilidade de ajustes de redação nas propostas de descriminalização do aborto, mediação antes das ações de reintegração de posse e restrição ao uso de símbolos católicos em repartições públicas.

Questionado se entre as alterações constariam as medidas voltadas para a área da comunicação, o ministro mostrou disposição ao diálogo, mas não viu necessidade de revisão. “No capítulo da imprensa não estamos fechados para fazer reparos. Agora, há pouco ainda relia, pela milésima vez, ‘definir critérios editoriais de *ranking*’,

e não conseguimos nos convencer de que haja aí a menor intenção de censura à imprensa. Esse governo, por todos os seus ministros, pelo presidente, dezenas de vezes, reafirma que é absolutamente contra qualquer tipo de censura à imprensa”, explicou.

Na mesma noite, o *Jornal Nacional*, principal telejornal da Rede Globo, incluiu a afirmativa que não foi feita pelo ministro em sua nota sobre o fato. “O secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, declarou nesta terça-feira que serão alterados quatro pontos do programa que provocou polêmica com setores da sociedade”. E concluiu: “O secretário disse ainda que vai alterar a proposta de impor um limite à autonomia das empresas de comunicação. A versão final deve sair em abril”.

No dia seguinte, matéria do jornal *O Globo* sobre a mesma entrevista trouxe a fala do ministro sobre os três temas que poderão ser alvo de recuo, sem repetir a inserção forçosa de seu congênere televisivo. O caso, relatado pelo professor Venício Lima no artigo “Como o

Jornal Nacional mente sobre o PNDH-3”, publicado no sítio Observatório da Imprensa em 23 de março, escancara as manobras ardilosas dos principais veículos comerciais de comunicação contra o Plano.

A ofensiva tivera início dois meses antes, quando o documento do governo entrou na mira da mídia comercial. A revista *Veja*, na edição 2149, de 27 de janeiro de 2010, classificou o texto como uma “obsessão autoritária” que se configura como a “única bandeira genuinamente comunista que sobrou aos petistas” na “batalha pela implantação da censura à imprensa no Brasil”. Junto a esta, integrariam também a suposta campanha denunciada pela publicação do grupo Abril a tentativa de criação da Agência Nacional do Audiovisual (Ancinav) e a do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), bem como a realização das conferências nacionais de Comunicação e de Cultura. Qual seria o fio condutor de todas estas perversas iniciativas,

segundo a *Veja*? Embutir “a criação de um tribunal para censurar, julgar e punir jornalistas e órgãos de comunicação que desobedeçam às normas governamentais”.

O jornal *O Estado de São Paulo*, na sua edição de 19 de janeiro de 2010, repetiu a cantilena e chamou o PNDH-3 de mais uma iniciativa do governo para exercer “o controle dos meios de comunicação”. Em editorial intitulado “Pretexto autoritário”, o diário gaúcho *Zero Hora* denuncia que a defesa dos direitos humanos não pode servir “de

pretexto para, mais uma vez, tentar limitar a liberdade de imprensa e discriminar, sob ameaça, a linha de sua atuação”. Ao final, o texto cobra do Presidente da República a revisão dos pontos polêmicos, especialmente aqueles relativos à área de mídia.

Se um cidadão desavisado não tivesse tido acesso ao texto do PNDH-3 e desejasse formar uma opinião a respeito do tema baseado nos veículos comerciais, poderia depreender dos editoriais e reportagens destes meios as seguintes características: (1) é uma tentativa de acabar com a

Duas sugestões do Programa provocaram a ira dos meios comerciais: a possibilidade de sanções, e até cassação da outorga, para emissoras que veiculassem conteúdos atentatórios aos direitos humanos, e a criação de um ranking de “veículos comprometidos com os direitos humanos”

liberdade de imprensa existente no Brasil; (2) cria um órgão para vigiar os meios de comunicação; (3) punirá aqueles que não se enquadrarem nas vontades do governo federal.

O Programa, no entanto, passava muito longe disso. Na diretriz 22 (veja a íntegra na página 58) e nos dois objetivos estratégicos que fazem parte dela, constavam sugestões de regulamentação de artigos da Constituição Federal (pertencentes ao capítulo intitulado *Da Comunicação Social*), sanções à veiculação de conteúdos que desrespeitem os direitos

humanos e a produção de materiais de sensibilização sobre a importância do tema. De todas elas, duas provocaram a ira dos meios comerciais: a possibilidade de sanções, e até cassação da outorga, para as emissoras que veicularem conteúdos atentatórios aos direitos humanos, e a criação de um *ranking* de “veículos comprometidos com os direitos humanos”.

Celso Schröder, coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, opina que é “absurdo” atribuir ao plano um intento de censura. A presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Iriny Lopes (PT-ES), argumenta que as medidas apresentadas visavam contribuir para “democratizar a comunicação” e garantir o “acesso à informação”, ambas entendidas dentro da compreensão da comunicação como um direito humano.

Na opinião de Bia Barbosa, integrante do Intervenções Coletivo Brasil de Comunicação Social, as ações da Diretriz 22 apenas concretizam demandas históricas dos movimentos que lutam por uma mídia mais democrática. A regulamentação do artigo 221 da Constituição, que prevê o respeito a finalidades artísticas, culturais, educativas e informativas na programação e a promoção dos conteúdos educativos e culturais, foi a principal resolução da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, e novamente aprovada na segunda edição do evento, concluída em março de 2010 em Brasília. Foi ratificada, igualmen-

te, na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em dezembro de 2009.

“O que está posto ali — *ranking*, possibilidade de cassação — são questões que vêm sendo discutidas há anos e não são novidades. Elas são legítimas e estão aí para discussão”, sustenta Murilo Ramos, professor da UnB. O acadêmico lembra que a criminalização da discriminação e do desrespeito aos direitos humanos já existe na legislação brasileira em atos cotidianos. “Por que para os meios de comunicação tem que ser diferente? Por que eu poderia tratar de forma preconceituosa uma pessoa na TV se não posso fazer isso na rua?”, questiona Ramos.

Tal exigência seria coerente com o inciso II do § 3º do Artigo 220 da Constituição Federal, que imputa ao governo federal a responsabilidade de aprovar uma norma que “garanta à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no artigo 221”. Obrigação semelhante já consta no Decreto 88.066, de 1983, que estabelece as cláusulas do contrato celebrado entre o poder público e uma entidade que explora serviços de rádio ou TV. Diz a cláusula quarta: “o concessionário obrigar-se-á, na organização da programação, a não transmitir programas que atentam contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico”. Um quadro

humorístico que ridiculariza diuturnamente um homossexual não estaria desrespeitando este requisito?

Não há dúvida, portanto, de que o governo estava coberto de razões ao apresentar a Diretriz 22. Mesmo assim, Lula recuou diante das pressões desproporcionais da “mídia gorda”. O decreto 7.177 de 12/5/2010, assinado por ele e por Paulo Vannuchi, suprime da ação programática “a” do Objetivo Estratégico I (que propõe “a criação de marco legal, nos termos do artigo 221 da Constituição”), precisamente

“A mídia, em parceria com o parlamento e o judiciário, coloca os defensores de direitos humanos como racistas, intolerantes e censores”, analisa o advogado Alexandre Ciconello, do Instituto Nacional de Estudos Sócioeconômicos

o trecho citado entre aspas a seguir, que define o respeito aos Direitos Humanos no rádio e na televisão “como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas”.

Também foi retirada do texto, integralmente, a ação programática “d” do Objetivo Estratégico I: “Elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar ranking nacional de veículos de comunicação

comprometidos com os princípios de Direitos Humanos, assim como os que cometem violações”. As supressões levaram Venício Lima a registrar, em artigo publicado no sítio Carta Maior, que bastaram poucos meses aos setores conservadores para obter tudo o que pretendiam: “Não vou repetir aqui os argumentos de que o PNDH-3 original não propunha nada que fosse inconstitucional ou que ameaçasse a liberdade de expressão ou a liberdade de imprensa. Registro apenas que a realidade fala mais alto e confirma que ainda não foi dessa vez que o interesse público prevaleceu sobre os interesses da grande mídia”.

Entrevistados pela *Revista Adusp* também questionaram as acusações de que o plano seria um “arroubo autoritário e extemporâneo” do governo federal. As formulações, argumentam, vêm de um processo histórico e participativo. Boa parte da redação já estava presente na segunda versão do plano editada em 2002 e todas as

novidades surgiram de um intenso processo de debate nas conferências de direitos humanos e no interior do governo federal.

“A sociedade foi ouvida intencionalmente. Foram realizadas 27 conferências estaduais [*de direitos humanos*]. Nós fizemos a mesma coisa em 2002. Depois disso, veio a 12ª Conferência, que não foi o PT que inventou. Houve uma infinidade de minutas que foram circuladas entre os ministérios, inclusive o Ministério da Defesa. Não foi uma coisa que o ministro Paulo Van-

nucchi resolveu fazer”, explicou em entrevista à rádio CBN, em janeiro, o sociólogo e historiador Paulo Sérgio Pinheiro, secretário especial de Direitos Humanos quando do lançamento do PNDH-2.

Este processo de diálogo mobilizou boa parte dos movimentos e entidades da área de Direitos Humanos em defesa do Plano. “Formulado de maneira transparente, dentro de um processo que envolveu grande participação popular (...), o PNDH-3 caminha no sentido da efetivação de uma política real de Direitos Humanos, fundamental para a construção de um país democrático para todos e todas”, afirmou nota elaborada pelas principais redes de defesa dos direitos humanos do país e divulgada no dia 12 de janeiro.

No entanto, nem o olhar positivo sobre as medidas do documento, nem o processo que levou à sua elaboração, e muito menos o apoio de uma parcela importante da sociedade civil — nada disso apareceu nos veículos comerciais, que criminalizaram estas forças e abriram espaço para pontos de vista notoriamente discriminadores, como o do jurista conservador Ives Gandra Martins. “A mídia, em parceria com o parlamento e o judiciário, coloca os defensores de direitos humanos como racistas, intolerantes e censores”, analisa o advogado Alexandre Ciconello, do Instituto Nacional de Estudos Sócioeconômicos (Inesc). “Numa manobra espetacular, a imprensa conseguiu transformar defensores da

liberdade em terroristas; e lutadores da democratização dos meios de comunicação em censores e violadores da liberdade de expressão, numa aliança sinistra entre quem tem privilégios hoje e quem tinha antes”, completa Bia Barbosa.

Ao optar por estes discursos, a mídia comercial cumpriu o perigoso papel de dar a setores conservadores da sociedade — como os militares, o agronegócio, a alta hierarquia da Igreja Católica — uma representatividade que não possuem, diz Ciconello. Estes grupos, continua, são os

Para os grupos de mídia, a ausência de regras extrapola a dimensão econômica: “Ela mantém a população numa condição passiva, o que sustenta as bases da influência política e da supremacia cultural que garantem o poder destes grupos”, diz Bia Barbosa, do Intervozes

mesmos que se recusaram a ir para o debate democrático nas conferências em que as medidas foram discutidas. Caso emblemático foi a barulhenta retirada de seis entidades empresariais da Comissão Organizadora da 1ª Confecom, a meses da realização do evento. Mais do que demonstrar intolerância, tais setores, ao questionarem a legitimidade dos espaços e fóruns democráticos, “questionam a própria democracia representativa”, conclui o advogado.

Esse enquadramento político da questão terminou por criar a ima-

gem de um outro PNDH-3. Uma análise mais criteriosa do que a feita pela mídia comercial revela que o Programa não nasceu de um lampejo censor do governo Lula para controlar a liberdade de imprensa; não quer cercear a liberdade de expressão, a não ser naqueles excessos já enquadrados pela legislação e pelos tratados dos quais o Brasil é signatário; não cria um órgão para vigiar a mídia; e nem vai impor a opinião do executivo federal aos diretores editoriais dos veículos.

Qual seria a razão, então, da agressividade destes segmentos para com o PNDH-3? O jornalista Luiz Egyppto, editor do Observatório da Imprensa, argumenta (em coluna publicada a 3 de março) que a resistência às normas recomendadas pelo Programa advém da vontade de manter o férreo domínio das “vozes dos donos” dos veículos de comunicação. “São meios que não querem ter nenhum compromisso com a socie-

dade, e rechaçam qualquer tentativa de atribuir a esta mídia a dimensão social que ela precisa ter, ao contrário de outros países como Inglaterra e Estados Unidos”, sugere, em complemento, Celso Schröder.

Na avaliação de Bia Barbosa, o combate sistemático às tentativas de regulação do setor, inclusive aquelas baseadas ou diretamente derivadas de preceitos constitucionais, é motivado pelo interesse dos grupos comerciais de comunicação de manter um ambiente de baixíssimas obrigações e altos privilégios. “A ausência



de regras não tem apenas dimensão econômica para estes grupos, que podem utilizar uma concessão pública como bem entenderem, sob o pretexto da liberdade de expressão irrestrita. Ela mantém a população numa condição passiva, o que sustenta as bases da influência política e da supremacia cultural que garantem o poder destes grupos no país”.

Além de um senso de autopreservação, a reação da “mídia grande” origina-se também na avaliação do potencial da agenda política embutida na terceira versão do PNDH-3: “É difícil criticar a bandeira dos Direitos Humanos, pois é um acúmulo da sociedade. Esta agenda aglutina forças, pois o tema está sendo visto dentro da radicalidade que ele traz a partir de um olhar de esquerda

sobre como efetivar estes direitos em um contexto de desigualdades”, avalia Alexandre Ciconello.

Outro risco que teria sido identificado pelos veículos, na visão de Ciconello, é a influência que o Programa poderia ter no debate eleitoral. Por um lado, sua incorporação pela campanha de Dilma Rousseff poderia sinalizar um conjunto de iniciativas bem mais progressistas do que as adotadas ao longo dos mandatos de Lula. Por outro lado, o contorcionismo retórico que transforma a defesa de direitos em um releu ataque autoritário foi visto como um flanco a partir do qual a candidatura petista poderia ser fortemente atingida, em especial em razão das polêmicas que abre com segmentos importantes das elites brasileiras.

Segundo a deputada Iriny, o ano eleitoral torna a questão mais delicada, já que os pontos polêmicos do PNDH-3 serão explorados para conquistar a simpatia dos eleitores. Já o professor Murilo Ramos vê no ano eleitoral um problema, já que nele o governo tende a tentar “criar o mínimo possível de arestas com os meios de comunicação”. Para Celso Schröder, que falou à *Revista Adusp* em abril, como os demais entrevistados, um retrocesso reforçaria a confiança da mídia comercial em seu poder. “Recuar seria mais uma vez deixar de fazer o debate e repetir o que o governo Lula fez na Ancinav e no CFJ: não enfrentar estes interesses que são de uma pequeníssima parte da sociedade”. Infelizmente, foi o que ocorreu.

PNDH-3 e mídia, antes e depois do Decreto 7.177 de 12/5/2010

Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Objetivo Estratégico I: Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos

COMO ERA	COMO FICOU
Ações Programáticas: a) Propor a criação de marco legal regulamentando o artigo 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas.	Ações Programáticas: a) Propor a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados. (...)
b) Promover diálogo com o Ministério Público para proposição de ações objetivando a suspensão de programação e publicidade atentatórias aos Direitos Humanos.	MANTIDA
c) Suspender patrocínio e publicidade oficial em meios que veiculam programações atentatórias aos Direitos Humanos.	MANTIDA
d) Elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de Direitos Humanos, assim como os que cometem violações.	SUPRIMIDA
e) Desenvolver programas de formação nos meios de comunicação públicos como instrumento de informação e transparência das políticas públicas, de inclusão digital e de acessibilidade.	MANTIDA
f) Avançar na regularização das rádios comunitárias e promover incentivos para que se afirmem como instrumentos permanentes de diálogo com as comunidades locais.	MANTIDA
g) Promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso de pessoas com deficiência sensorial à programação em todos os meios de comunicação e informação, em conformidade com o Decreto no 5.296/2004, bem como acesso a novos sistemas e tecnologias, incluindo Internet.	MANTIDA

Objetivo Estratégico II: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação

COMO ERA	COMO FICOU
a) Promover parcerias com entidades associativas de mídia, profissionais de comunicação, entidades sindicais e populares para a produção e divulgação de materiais sobre Direitos Humanos.	MANTIDA
b) Incentivar pesquisas regulares que possam identificar formas, circunstâncias e características de violações dos Direitos Humanos na mídia.	MANTIDA
c) Incentivar a produção de filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em Direitos Humanos e que reconstrua a história recente do autoritarismo no Brasil, bem como as iniciativas populares de organização e de resistência.	MANTIDA

OFENSIVA BUSCA PRESERVAR TAMBÉM OS INTERESSES DO CAPITAL NA ÁREA CULTURAL



A 2ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) foi outra iniciativa do governo federal que também entrou na mira dos veículos comerciais de mídia. As avaliações críticas sobre o déficit democrático na área das comunicações feitas no seu texto-base, divulgado no segundo semestre de 2009, atiçaram a ira de jornais e emissoras, que direcionaram seus colunistas e demais profissionais para criticar a iniciativa. Logo o evento entrou na lista das tentativas de “cerceamento da liberdade de imprensa”.

“Observamos no Brasil tendências cada vez maiores de cerceamento da liberdade de expressão. Além do CFJ e da Ancinav, tem a Conferência Nacional de Comunicação, o PNDH-3 e a Conferência de Cultura. Então o projeto é claro. Só não vê coerência quem não quer”, explicou o filósofo e colunista frequen-

te de jornais diários Denis Lerrer Rosenfeld, no fórum Democracia e Liberdade de Expressão. O evento foi organizado em março deste ano pelo Instituto Millenium, entidade ligada à “mídia grande”.

Na reportagem “Obsessão Totalitária”, publicada na edição de 27 de janeiro de 2010 de *Veja*, o repórter Fábio Portella afirmava que a 2ª CNC não seria um espaço de discussão sobre a cultura no país. “Os petistas vão, mais uma vez, tentar encontrar uma forma de ameaçar a liberdade de imprensa e obrigar revistas, jornais, sites e emissoras de rádio e TV a apenas veicular notícias, filmes e documentários domesticados, chancelados pelos soviets (conselhos) petistas e reverentes à ideologia de esquerda”, vaticina.

O desgaste provocado pelo cerco dos meios preocupou até o pre-

sidente Lula, que na abertura da Conferência de Cultura, no dia 12 de março, partiu para o ataque. “Vocês prestem atenção, se vocês são como eu que não gostam de ler notícia ruim, vocês prestem atenção no noticiário, porque política e eleição também são cultura. De vez em quando, é bom ler para a gente ver o comportamento de alguns falsos democratas, que dizem que são democratas, mas que agem querendo que o editorial deles fosse a única voz pensante no mundo”, disparou.

O professor Marcos Dantas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acredita que a gritaria dos meios de comunicação contra propostas de regulação das suas atividades é motivada pelas alterações nas relações de poder no setor, provocadas pelo processo de convergência de mídias: “Os atores diretamente envolvidos se

comportam conforme pensam ser o melhor para a defesa dos seus interesses. Eu, particularmente, penso que a Globo está cometendo um suicídio”, analisa. “Mas é provável que seus dirigentes avaliem que podem construir algum tipo de muro defendendo o seu modelo de negócios da invasão de outros modelos nascidos do processo de convergência. A Abert não aceita introduzir qualquer mudança nas regras vigentes, se é que podemos falar na existência de alguma regra, hoje em dia”, completa, referindo-se à associação de emissoras capitaneada pela Globo.

Ao final da 2ª CNC, os participantes aprovaram um conjunto extenso de resoluções com foco na democratização do acesso à produção e ao consumo dos bens culturais. Entre as recomendações estão a consolidação do Sistema Nacional de Cultura e a aprovação do marco regulatório para a área, incluindo a proposta de emenda constitucional que destina 2% do Orçamento Geral da União para o setor; a revisão do modelo de financiamento por isenções fiscais; a institucionalização dos pontos de cultura; a reforma da Lei de Direitos Autorais; a prestação do serviço de acesso à internet em banda larga em regime público; a criação de uma política para a formação dos agentes culturais e o uso de parte do Fundo do Pré-Sal para a área.

Um dos principais problemas identificados para atingir este objetivo é o modelo de financiamento baseado nos mecanismos de incen-

tivos fiscais. Atualmente, apenas 3% dos proponentes de projetos usando a Lei Rouanet abocanham 50% dos recursos captados, sendo 80% deste total destinado aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto isso, os 30 menores segmentos recebem apenas 14% das verbas incentivadas. “Este modelo não é justo, não é política pública, pois a Lei não nos dá instrumentos para realizar uma política de fato para a Cultura. As empresas é que definem o que vai ser financiado. O que predomina é o critério privado, que é excludente”, avalia o ministro Juca Ferreira, da Cultura.

A democratização do acesso à produção e ao consumo de bens culturais no Brasil terá de alterar o financiamento baseado em incentivos fiscais. Apenas 3% dos proponentes de projetos na Lei Rouanet abocanham 50% das verbas captadas, e 80% deste total ficam no RJ e SP

Outro gargalo é a distribuição das produções culturais, como aponta Solange Lima, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas. Vejamos o caso do cinema. Em 2009 as distribuidoras *majors*, vinculadas aos grandes estúdios de Hollywood, responderam por 29% dos títulos exibidos nas salas e conquistaram 76% do público. Duas delas, Fox e Columbia/Disney, ganharam juntas metade do público que foi ao cinema em 2009. O domínio dessas empresas cria, assim, um enorme obstáculo à disseminação da produção nacional.

“Hoje temos 70 filmes brasileiros. Destes, 30 conseguem distribuidor e apenas 10 entram na sala de cinema. Não tem sala. Há uma proposta de distribuição de filmes que não foram vistos. Os filmes são feitos, mas não são vistos”, diz Solange. Menos distribuídos e menos exibidos, os filmes brasileiros atraíram 15% do público que foi ao cinema no ano passado. Já as películas estadunidenses atraíram 85% dos espectadores.

A distribuição também é controlada pelas grandes redes de televisão, meio que chega em 99% do território e a 94% dos lares. Segundo dados do projeto Donos da Mídia (www.donosdamidia.com.br), existem 421 geradoras de TV no país. Por meio da constituição de redes, a Globo acaba controlando a programação de 99 emissoras, o SBT de 62, a Record de 51 e a Bandeirantes de 40. Desse modo, quatro grupos controlam 60% das emissoras de TV e quase 90% da audiência.

A ausência de equipamentos culturais também é um obstáculo para o acesso à cultura no país. De acordo com dados da publicação “Cultura em Números”, do Ministério da Cultura, 21% dos municípios possuem teatros, 8% têm salas de cinema, 22% detêm museus e 30% têm livrarias. Em entrevista ao Blog do Planalto, a coordenadora da Conferência de Cultura, Silvana Meirelles, lembra que um dos desafios do setor é levar a cultura “a cada canto do país, com equipamentos culturais, com secretarias que tenham políticas específicas para os municípios e com orçamento para a área”.